



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

#### 4.3 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Lei federal nº 4.320/64 estipula para a receita orçamentária o regime de caixa. Desta forma, a receita orçamentária é aquela efetivamente arrecadada no exercício. Do ponto de vista econômico as receitas são classificadas em: receita corrente e de capital. Quanto ao agente arrecadador, as receitas que são arrecadadas diretamente pela fazenda estadual, órgão central de arrecadação do Estado, chamam-se **Recursos do Tesouro**, e aquelas receitas arrecadadas pelas unidades da administração indireta, integrantes do orçamento fiscal, **Recursos de Outras Fontes**.

As receitas estimadas na Lei Orçamentária Anual não necessitam de autorização legislativa para a sua realização e devem contemplar toda a receita a serem arrecadadas pelo Estado, independente de sua origem, obedecendo ao princípio da universalidade.

##### Contabilização da receita

Os demonstrativos contábeis das receitas orçamentárias devem comportar o efeito das contas relativas ao FUNDEB, tanto na previsão (Lei Orçamentária), quanto na execução (balanços). Deve-se registrar as transferências do FUNDEB recebidas pelo Estado, bem como, em contas retificadoras, as contribuições do Estado para o referido fundo. Essa contabilização gera um efeito na arrecadação final, que no caso de Pernambuco, representa um valor negativo.

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil, formado por parcelas de impostos arrecadados diretamente pelo Estado, como ICMS, IPVA e ITCD, e de parcelas das transferências constitucionais a que o Estado tem direito, como o FPE, o IPI e o ICMS desoneração (LC 87/96).

A diferença entre as contribuições retidas e os valores recebidos resulta no que se chama “Efeito FUNDEB”, representando em 2007 um valor negativo de R\$ 487 milhões, conforme demonstrado a seguir.

**Em R\$ 1,00**

<b>Código da Conta Contábil</b>	<b>Nome da Conta Contábil</b>	<b>Valor em R\$ 1,00</b>
1.7.2.4.01.00	Transferências recebidas do FUNDEB	627.615.023,37
1.7.2.4.02.00	Complementação da União ao FUNDEB	14.316.629,56
<b>Total de recebimentos do FUNDEB (I)</b>		<b>641.931.652,93</b>
9.1.1.2.05.00	FUNDEB - dedução da receita do IPVA	9.423.019,39
9.1.1.2.07.00	FUNDEB - dedução da receita do ITCD	711.079,73
9.1.1.3.02.00	FUNDEB sobre ICMS	670.560.066,20
9.7.2.1.01.01	FUNDEB sobre FPE	441.517.045,73
9.7.2.1.01.12	FUNDEB sobre IPI exportação	2.984.895,77
9.7.2.1.09.01	FUNDEB sobre ICMS desoneração	3.619.823,31
<b>Total deduzido para formação do FUNDEB (II)</b>		<b>1.128.815.930,13</b>
<b>Perda das receitas estaduais para o FUNDEB (I-II)</b>		<b>(486.884.277,20)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado 2007, Quadro 11 páginas 309 a 313

Cumprir registrar que o Estado adotou até 2007, ano auditado, contabilizações distintas da receita do FUNDEB na apresentação das Leis Orçamentárias e na apresentação dos balanços. A contabilização das receitas na Lei Orçamentária para 2007 não seguiu as instruções da STN quanto às contas do FUNDEB, registrando a arrecadação integral, sem contas retificadoras, contabilizando a diferença negativa da receita, como despesa orçamentária da unidade “Encargos Gerais da Fazenda”. Já na contabilização do Balanço, foram seguidas as instruções da STN.

Ressalva-se, no entanto, o fato da Lei orçamentária para 2008 já haver corrigido essas distorções, seguindo os mesmos critérios da STN.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

### Comparativo entre a Receita Prevista e a Arrecadada

Essa divergência de critério na contabilização, a exemplo de outros exercícios, acarretou dificuldades no momento de análise comparativa entre a previsão e a arrecadação. Por isso, neste tópico do relatório, o efeito das contas FUNDEB foi desconsiderado para viabilizar a análise a seguir apresentada.

O quadro a seguir compara a receita prevista e a arrecadada por categoria econômica. Observa-se, em 2007, a partir da comparação entre receitas previstas e realizadas, prática já tradicional no Estado, em que a receita de capital, tem sido arrecadada em valor bem aquém do projetado, alcançando apenas 24,80% do previsto, enquanto a receita corrente superou sua estimativa em 3,17%. Destaca-se que em 2007 o excedente de receita corrente foi menor que nos anos anteriores. No total, a receita arrecadada foi praticamente a estimada, alcançando 97%.

Em R\$ 1,00

2007	Receita de todas as fontes		%
	Prevista	Realizada	
Receita Corrente	11.655.598.000,00	12.024.741.486,50	103,17%
Receita de Capital	938.635.700,00	232.744.599,16	24,80%
<b>Receita Total</b>	<b>12.594.233.700,00</b>	<b>12.257.486.085,66</b>	<b>97,33%</b>

**Nota:** Não foram consideradas as contas relativas ao FUNDEB (transferências recebidas e contas redutoras)

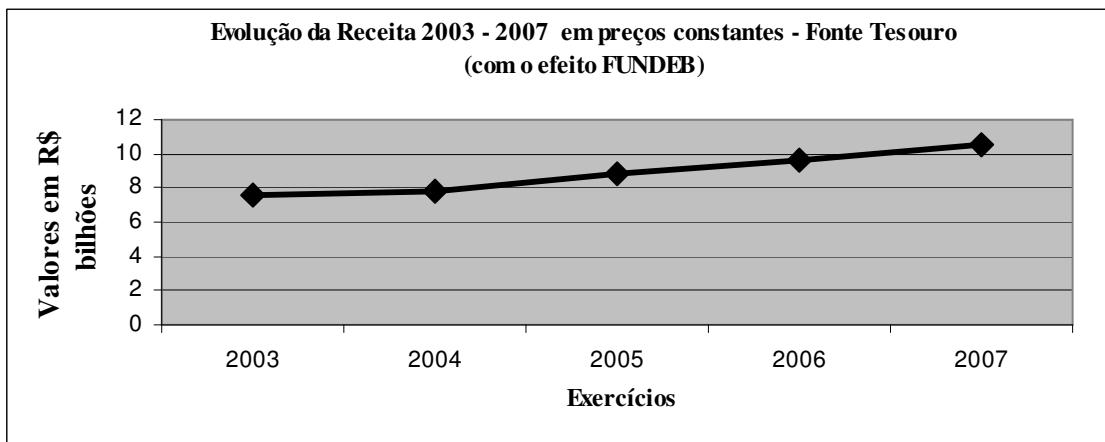
Destacando as receitas entre Tesouro e aquelas arrecadadas pelas entidades da administração indireta (outras fontes), observa-se a mesma tendência do Governo Estadual em superestimar as de capital, bem como subestimar as receitas correntes.

2007	Receitas do Tesouro		% B/A.	Receitas de Outras Fontes		% D/C
	Prevista (A)	Realizada (B)		Prevista (C)	Realizada (D)	
Receita Corrente	8.837.255.000,00	9.145.058.764,90	<b>103,48</b>	2.818.343.000,00	2.879.682.421,60	<b>102,18</b>
Receita de Capital	694.913.200,00	213.207.338,52	<b>30,68</b>	243.722.500,00	19.537.260,64	<b>8,02</b>
<b>Receita Total</b>	<b>9.532.168.200,00</b>	<b>9.358.266.103,42</b>	<b>98,18</b>	<b>3.062.065.500,00</b>	<b>2.899.219.682,24</b>	<b>94,68</b>

Fonte: Lei Orçamentária 2007 e Balanço Geral do Estado 2007 (excluídos os valores do FUNDEB)

### Evolução da Arrecadação Estadual

O gráfico abaixo demonstra a tendência de crescimento real da arrecadação das receitas do Tesouro estadual, notadamente a partir do exercício de 2004.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2007 folha 513 tabela 03



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

### Receitas Correntes

As receitas correntes podem ser aplicadas tanto em despesas corrente quanto em despesas de capital, visando ao alcance dos objetivos constantes nos programas e ações governamentais. São derivadas do poder de tributar ou resultantes das vendas de bens e serviços colocados à disposição dos usuários.

O quadro abaixo demonstra a realização das principais receitas correntes em relação à sua previsão.

Receitas Correntes	Receita de todas as fontes (R\$1,00)		% B/A.
	Prevista (A)	Realizada (B)	
Tributária (Impostos + Taxas)	6.049.938.000,00	6.162.968.714,48	101,87%
Participação na Receita da União	2.517.818.000,00	2.737.138.709,91	108,71%
Receitas de Contribuições	1.745.025.000,00	1.835.778.587,93	105,20%
Outras	1.342.817.000,00	1.288.855.474,18	95,98%
<b>Total</b>	<b>11.655.598.000,00</b>	<b>12.024.741.486,50</b>	<b>103,17%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado e Lei Orçamentária 2007.

Conforme exposto, tradicionalmente, em Pernambuco, as receitas correntes são subestimadas. O fato se repetiu em 2007, mas numa relação menor, quando comparado com anos anteriores. Este fato decorreu de um ajuste na previsão, evitando assim a abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação em volume elevado durante o exercício.

Observa-se que a receita tributária originada do esforço de arrecadação próprio, praticamente foi realizada no volume previsto. Já a participação nas receitas da União superou a previsão em quase 9% e a receita decorrente de contribuições foi superada em 5%.

### Receitas de Capital

A receita de capital só pode ser aplicada em despesas que aumentem o patrimônio do ente, as despesas de capital. É proveniente da alienação de ativos, da constituição de dívidas (operações de crédito), amortização de empréstimos e financiamentos.

Em relação à arrecadação de receita de capital, a prática adotada pelo Governo tem sido a inversa, superestimando essas receitas. Desta forma, permite-se que seja alocado, no orçamento, um volume fictício de despesas de capital financiado com esses recursos, uma vez que não se concretizam na execução orçamentária na forma prevista na LOA. As receitas de capital, no orçamento, financiam despesas de capital que na prática não se realizam ou são executadas com o superávit corrente.

O quadro a seguir mostra o comparativo entre a arrecadação e a previsão das principais receitas de capital.

Receita de Capital	Receita de todas as fontes		% B/A
	Prevista (A)	Realizada (B)	
Operação de Crédito	341.895.200,00	80.305.487,76	23,49%
Alienação	2.200.000,00	909.976,46	41,36%
Convênios	476.131.500,00	93.212.604,97	19,58%
Outras	118.409.000,00	58.316.529,97	49,25%
<b>Total</b>	<b>938.635.700,00</b>	<b>232.744.599,16</b>	<b>24,80%</b>

Apesar da Lei Orçamentária ter autorizado o governo a realizar operações de crédito até o montante de R\$ 342 milhões, no exercício de 2007 foram captados recursos na ordem de R\$ 80 milhões. As receitas de operação de crédito vêm sendo historicamente superdimensionadas, não obstante a baixa capacidade de pagamento do Estado e as exigências contidas no Programa de Ajuste Fiscal. Maiores detalhes a respeito das operações de crédito realizadas estão no capítulo da dívida consolidada.

Em relação à receita de alienação de bens, destaca-se R\$ 708 mil relativos à alienação de veículos das frotas do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Quanto à receita de convênios, a realização não alcançou 20% do volume de recursos previstos. Essa é outra receita tradicionalmente superestimada na Lei Orçamentária, realizando-se sempre muito aquém do estimado.

**Análise da receita arrecadada em 2007**

Considerando-se todas as fontes, a arrecadação em 2007 superou a do ano anterior em 4,58%, segundo dados do Balanço Geral TAB 23, página 523. O quadro a seguir demonstra as receitas por fontes de recursos arrecadadas pelo Estado em 2007.

Para analisar melhor a arrecadação em 2007, foram expurgadas no quadro a seguir, as contas relativas ao FUNDEB, para melhor visualização do esforço de arrecadação estadual.

Em R\$ 1,00				
Discriminação	Tesouro	Outras Fontes	Todas as fontes	%/total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.145.059.064,90</b>	<b>2.879.682.421,60</b>	<b>12.024.741.486,50</b>	<b>98,10%</b>
Tributárias	6.022.312.500,52	140.656.213,96	6.162.968.714,48	50,28%
<i>Destaque pra ICMS</i>	<i>5.367.200.847,79</i>	-	<i>5.367.200.847,79</i>	<i>43,79%</i>
Contribuições	3.411.986,53	1.832.366.601,40	1.835.778.587,93	14,98%
Patrimonial	93.339.050,45	28.358.791,72	121.697.842,17	0,99%
Agropecuária	200,00	493.051,49	493.251,49	0,00%
Industrial	-	1.428.298,04	1.428.298,04	0,01%
Serviços	5.526.674,07	66.655.455,94	72.182.130,01	0,59%
Transf. Correntes (excluídas as. recebidas do FUNDEB)	2.894.680.223,07	774.962.504,76	3.669.642.727,83	29,94%
Transferências da União	2.827.752.850,71	649.505.231,82	3.477.258.082,53	28,37%
<i>Destaque para o FPE</i>	<i>2.650.250.063,07</i>	-	<i>2.650.250.063,07</i>	<i>21,62%</i>
Outras Receitas Correntes	125.788.430,26	34.761.504,29	160.549.934,55	1,31%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>213.207.338,52</b>	<b>19.537.260,64</b>	<b>232.744.599,16</b>	<b>1,90%</b>
Operações de Crédito	80.305.487,76	-	<b>80.305.487,76</b>	0,66%
Alienações de Bens	708.837,96	201.138,50	<b>909.976,46</b>	0,01%
Amortização Empréstimos./Financiamentos	-	250.972,46	<b>250.972,46</b>	0,00%
Transferências de Capital	79.818.021,80	19.055.055,45	<b>98.873.077,25</b>	0,81%
Outras Receitas de Capital	52.374.991,00	30.094,23	<b>52.405.085,23</b>	0,43%
<b>Receita total arrecadada em 2007</b>	<b>9.358.266.403,42</b>	<b>2.899.219.682,24</b>	<b>12.257.486.085,66</b>	<b>100,00%</b>
Efeito FUNDEB (transf. recebidas - contas redutoras)	(486.884.277,20)	-	(486.884.277,20)	
Total das receitas com o efeito das contas redutoras do FUNDEB	8.871.382.126,22	2.899.219.682,24	11.770.601.808,46	

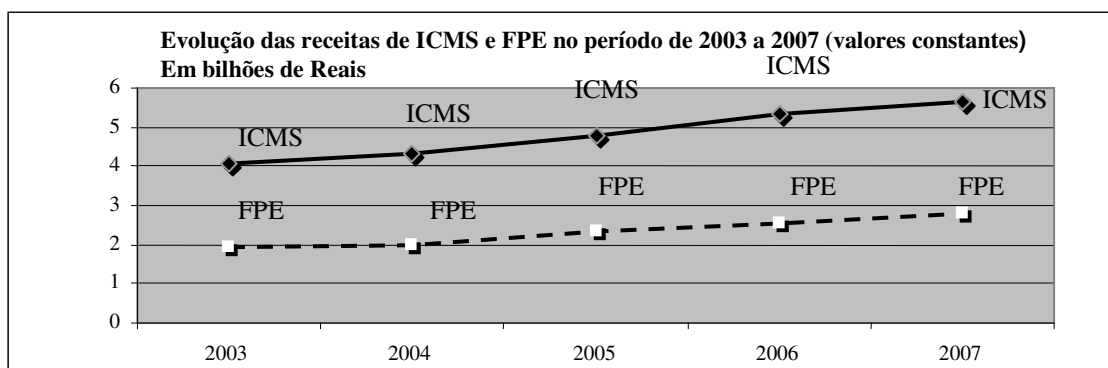
Fonte: Balanço Geral do Estado 2007

Pelo quadro anterior, observa-se que, em 2007:

- As receitas de capital tiveram uma participação de menos de 2% na receita total, demonstrando que as despesas de capital foram financiadas em sua maioria com o superávit corrente;
- As receitas tributárias (taxas + impostos) somadas às contribuições e às transferências correntes recebidas respondem por quase toda a receita, tendo representado 95,19% do seu total;
- As receitas arrecadadas pelo Estado relativas ao ICMS e o FPE (receita de transferência da União), somadas representam 65,41% da receita total. O quadro abaixo demonstra o comportamento dessas receitas no período de 2003 a 2007.

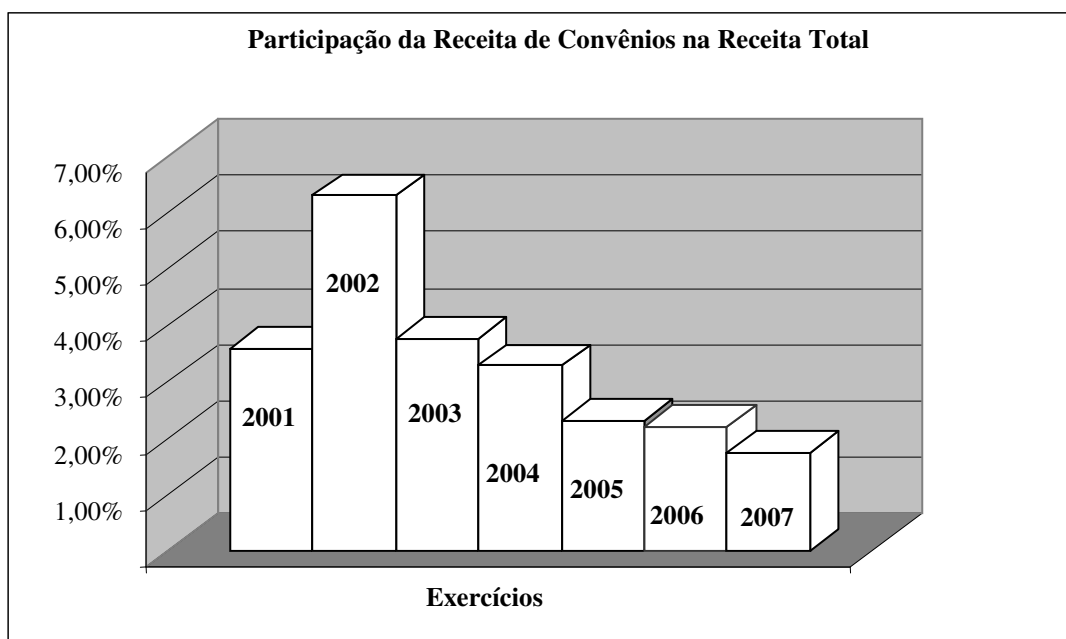


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS



Fonte: Balanço Geral do Estado 2007, Tabela 03.

- Dentre as receitas correntes, destacam-se, ainda, a receita de contribuições, representando 14,98% da receita total, tendo sido arrecadadas pelo FUNAFIN (natureza previdenciária) e pelo IRH (relativa à assistência médica prestada pelo SASSEPE).
- Em relação às transferências voluntárias (convênios) da União, o total arrecadado em 2007 foi de R\$ 186,6 milhões, que representou 1,74% da arrecadação total, sendo R\$ 93,4 milhões como receita corrente e R\$ 93,2 milhões como transferência de capital. No quadro a seguir encontram-se as participações das receitas de convênio na arrecadação do Estado no período de 2002 a 2007. Observa-se um decréscimo nessa participação, tendência que vem ocorrendo desde o exercício de 2003.



**Conclusão:**

O esforço de arrecadação somado ao incremento do PIB estadual têm sido fatores importantes no crescimento da receita corrente estadual e responsáveis, em parte, pelos investimentos realizados pelo Estado de Pernambuco ao longo dos últimos anos.

Quanto às receitas de capital, a arrecadação continua muito aquém da estimada, permitindo que a Lei Orçamentária apresente um rol de despesas de capital, notadamente investimentos, que não têm chances de serem realizadas, ao menos com essa fonte de financiamento.